

Regras fiscais afetam investimento

Analistas avaliam que modelo terá de ser revisto, pois normas atuais são conflitantes

Martha Beck e Bárbara Nascimento

-Brasília- Num momento em que tenta reequilibrar as contas públicas, o governo se cercou de regras fiscais que acabam por prejudicar o investimento público. O Brasil tem hoje de cumprir normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de um teto de gastos, uma meta fiscal e a regra de ouro, princípio constitucional pelo qual o governo não pode se endividar para honrar despesas correntes, como folha de salários. O problema é que elas são conflitantes em alguns aspectos. Um deles é justamente o investimento público. Enquanto, de um lado, a regra de ouro estimula a realização dessas despesas, de outro, a meta fiscal e o teto de gastos obrigam a equipe econômica a sacrificar justamente essa rubrica para conseguir cumprir seus objetivos.

Segundo especialistas ouvidos pelo GLOBO, esse quadro levará o governo a fazer alguma flexibilização dessas regras para conseguir cumprilas nos próximos anos. Isso, no entanto, precisará ser acompanhado de outras medidas que deixem claro que o governo não vai se descuidar do compromisso fiscal.

— É uma espécie de babel das regras fiscais, cada uma fala uma língua. Esse problema não é de hoje, mas, com a restrição fiscal, ficou exacerbado. É preciso ter uma harmonização — afirma o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, Felipe Salto.

INVESTIMENTO FO11,7% DO PIB EM 2017

O analista sênior de contas públicas da consultoria Tendências, Fabio Klein, afirma que a regra de ouro é a principal candidata a uma revisão a curto prazo. No entanto, os investimentos continuarão a ser achatados se o governo não atacar as despesas obrigatórias, especialmente com Previdência e salários.

— Existe um desencontro de regras fiscais. A regra de ouro é favorável ao investimento, mas associada a outras regras, muitas vinculações constitucionais e despesas obrigatórias, ela não impede o achatamento do investimento — afirmou Klein, acrescentando: — É preciso buscar uma solução estrutural. O mercado receberia mal uma mudança na regra de ouro. Mas, se ela for associada a uma reforma da Previdência, por exemplo, o governo estará entregando uma solução estrutural. Isso deixa o cenário mais favorável.

O próprio governo defende mudanças na regra de ouro. Ao GLOBO, o secretário do Tesouro Nacional, Mansuetto Almeida, afirma que, a exemplo das demais normas fiscais, a regra de ouro tem que ser adequada para dar ao governo condições de retorno à normalidade. No caso do teto de gastos, quando o limite é estourado, a lei determina que o governo fique impedido de realizar concursos e contratações até que os indicadores voltem a se enquadrar. Qualquer mudança nesse sentido, contudo, não pode acontecer esse ano, uma vez que propostas que alterem a Constituição estão impedidas de tramitar enquanto durar a intervenção federal no Rio de Janeiro.

— Dessas quatro regras, a regra de ouro é a única que não tem nenhum mecanismo de transição. Em todas as outras, se o governo descumprir, você tem penalidades muito claras e instrumentos para se adequar, ao longo do ano fiscal, àquelas metas. A regra de ouro é tudo ou nada. Se houver descumprimento, é um crime pelo qual todos vão responder, do presidente da República até, infelizmente, o secretário do Tesouro — disse.

O pesquisador do Ibre/FGV Manoel Pires destaca que o engessamento orçamentário e o excesso de regras fiscais





contribuíram para reduzir os investimentos públicos. Um indicativo disso é que a taxa brasileira é mais baixa que a de outros países emergentes com nível de endividamento semelhante. Em 2017, a taxa brasileira ficou em apenas 1,7% do PIB (considerando só os investimentos do governo central, esse número é ainda menor, de 0,69%), sendo que o ideal seria que o investimento público estivesse em 4% do PIB.

— O arcabouço fiscal, combinado com a situação financeira crítica das contas públicas, contribuiu em muito para piorar o cenário para os investimentos. O governo precisa discutir prioridades e reduzir a rigidez orçamentária — afirma Pires.

ROMBO PREVISTO DE R\$ 254 BI EM 2019

A regra de ouro determina que as despesas com investimentos devem ser iguais ou superiores às emissões de dívida. Essa é uma forma de assegurar que o governo não se endivide para arcar com despesas do dia a dia. No entanto, há um desequilíbrio de R\$ 254,3 bilhões no Orçamento previsto para 2019. Isso ocorre porque o governo tem despesas obrigatórias muito elevadas (especialmente com folha e Previdência) que pressionam a dívida pública.

Para conseguir ficar dentro do teto de gastos e entregar a meta fiscal, a alternativa foi sacrificar o que pode ser cortado, ou seja, passar a tesoura nos investimentos. De acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, as despesas discricionárias (nas quais estão os investimentos) serão de R\$ 98,4 bilhões no ano que vem e devem passar para R\$ 81,5 bilhões em 2020 e para R\$ 52,4 bilhões em 2021.

Para Salto, da IFI, enquanto o governo não resolver as duas maiores despesas obrigatórias dentro do Orçamento, gastos com pessoal e com Previdência, não será possível recuperar o investimento:

— Sem dar uma solução para gastos com pessoal e Previdência é muito difícil fazer ajuste fiscal sem penalizar investimento.

Mansueto ressalta que os investimentos não estão completamente paralisados, uma vez que o governo passou muito dessa responsabilidade ao setor privado, por meio de concessões e privatizações. O secretário destacou que, se o Estado quer voltar a investir, tem de equilibrar primeiro a situação das contas públicas, o que passa por aprovar reformas estruturais: — Seria ótimo que o investimento público crescesse, mas estamos em uma situação de déficit muito grande. O governo só vai

recuperar a capacidade de investimento quando voltarmos a ter equilíbrio fiscal, quando tivermos algum superávit.

Segundo Almeida, mesmo em tempos de vacas gordas, o investimento no Brasil foi baixo. Entre 1989 e 2018, a maior taxa foi de 1,4% do PIB, uma parte disso turbinada por subsídios. O secretário explica que, da forma como foi construída, a Constituição brasileira preza por garantir o bem-estar social, com suporte do governo para serviços essenciais. Com essa escolha, a capacidade de investimento acaba ficando reduzida. O problema, diz, é que essa rede de suporte acabou ficando muito extensa. Segundo dados do Tesouro Nacional, os gastos com benefícios previdenciários subiram de 6,8% do PIB em 2014 para 7,3% em 2015, 8,1% do PIB em 2016 e 8,5% do PIB em 2017: — Em geral, o brasileiro quer mais proteção do Estado, como um país europeu. O desafio é a gente conseguir as duas coisas: ter o Estado de bem-estar social que a sociedade brasileira quer e, ao mesmo tempo, ter alguma capacidade de investimento. O Brasil nunca vai conseguir investir como a China porque a população brasileira não quer ter a estrutura social da China. Foi uma escolha da sociedade. O nosso problema é que ela se tornou muito extensa.



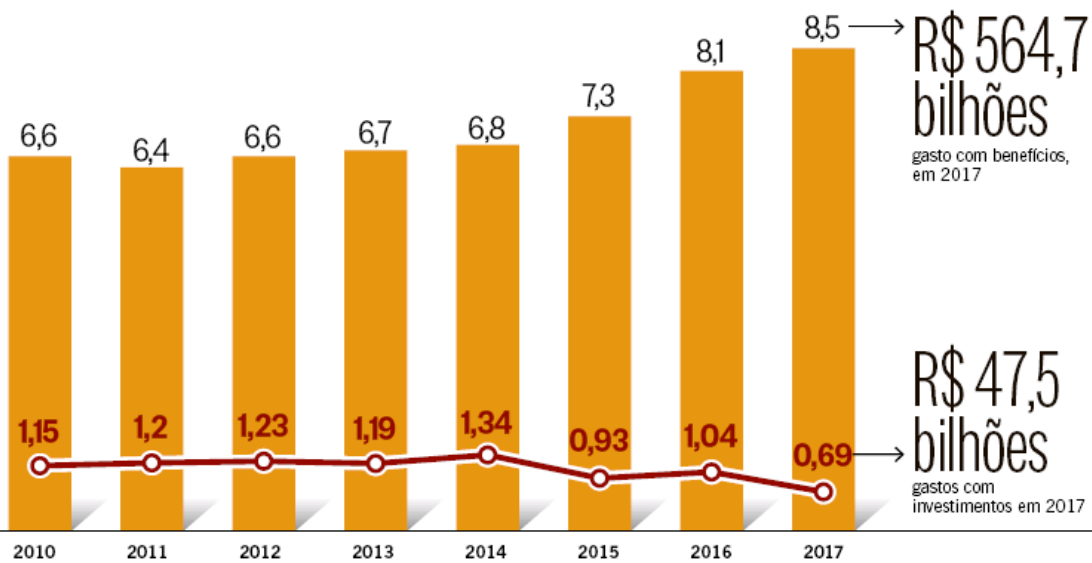


AS CONTAS DO GOVERNO

EM % DO PIB

EVOLUÇÃO DAS
DESPESAS COM
BENEFÍCIOS
PREVIDENCIÁRIOS

EVOLUÇÃO DOS
INVESTIMENTOS DO
GOVERNO CENTRAL



Fonte: Tesouro Nacional

Editoria de Arte

Governo vai diminuir projeção do PIB deste ano

Dúvida é sobre data da divulgação. Itaú também reduz estimativa

-Brasília- A equipe econômica já decidiu reduzir sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, hoje fixada em 3%. O número deve baixar para algo em torno de 2,5% e 2,7%. Segundo integrantes do governo, o que se discute agora é se essa revisão deve ser feita já no próximo relatório de avaliação de receitas e despesas, que será divulgado em 22 de maio, ou se é melhor aguardar a divulgação do PIB do primeiro trimestre, que sairá até o fim do mês.

O resultado do PIB seria um termômetro para calibrar melhor o restante da atividade no ano e deixar a previsão de 2018 mais realista. Os técnicos da área econômica também estão revisando o cenário de receitas e despesas e afirmam que, mesmo com a revisão do crescimento da economia, não será preciso fazer um novo corte de despesas para assegurar o fechamento das contas do ano. Ainda que a economia cresça menos, a arrecadação continua em trajetória de recuperação.

E, como as despesas já estão no limite do teto de gastos, as receitas que sobrarem serão usadas para reduzir o rombo previsto para 2018, de R\$ 159 bilhões.

— Mesmo sobrando recursos, as despesas já estão no teto. Ou seja, mais receitas, mais primário — disse um técnico da área econômica.

FMI MANTÉM PREVISÃO

Hoje, a equipe econômica tem bloqueados R\$ 18,6 bilhões em despesas. Desse total, R\$ 12,2 bilhões se referem a uma reserva feita caso a privatização da Eletrobras não saia do papel. O governo também decidiu retirar de suas contas R\$ 6 bilhões decorrentes da economia esperada com o projeto de lei que trata da reoneração da folha de pagamento das empresas, que não avançou no Congresso.

Quem também reviu a previsão para o PIB foi o Itaú. A atividade mais fraca no início do ano e a falta de expectativa em relação à aprovação das reformas fizeram o banco diminuir de 3% para 2% a projeção de expansão da economia do país para este ano. Para 2019, a expectativa foi revisada de 3,7% para 2,8%.

Já o FMI, em suas projeções para o Hemisfério Ocidental divulgadas ontem, manteve as estimativas de crescimento para a economia do Brasil em 2,3% (2018) e 2,5% (2019). O documento, elaborado antes do pedido de ajuda da Argentina ao Fundo, prevê avanço do país vizinho de 2% este ano e de 3,2% em 2019. (MarthaBeck)

Consumo reage, por enquanto

Areação do consumo em março confirma a continuação da retomada econômica, apesar de alguns tropeços desde o início do ano. Se os juros caírem de novo e a inflação continuar moderada, pelo menos dois fatores importantes seguirão favorecendo a recuperação do consumo familiar. Isso dará suporte à atividade industrial, um pouco menos dinâmica depois de uma sensível melhora no ano passado. Em março, o volume de vendas do varejo cresceu 0,3%, compensando com pequena folga o recuo de 0,2% no mês anterior. No primeiro trimestre, o total vendido foi 3,8% superior ao dos meses de janeiro a março do ano passado. Foi o melhor resultado nesse tipo de comparação desde abril de 2014, quando a diferença chegou a 6,7%. Em 12 meses, a expansão atingiu 3,7%. A tendência de alta é percebida mais claramente quando os números são confrontados com os do ano anterior.

Um quadro mais completo do comércio é obtido quando se acrescentam os dados de vendas de veículos, seus componentes e materiais de construção. Esse conjunto aparece com o nome de varejo ampliado nos informes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse conjunto mais amplo atravessou sem tropeço os três primeiros meses de 2018. As vendas de março foram 1,1% maiores que as de fevereiro, o volume comercializado no primeiro trimestre superou por 6,6% o de igual período de 2017 e o total acumulado em 12 meses cresceu 6,2% em relação ao da fase precedente.

As vendas de veículos, motos e componentes deram a maior parte do impulso ao varejo ampliado. Essas vendas cresceram 2,9% de fevereiro para março. No primeiro trimestre, foram 17,9% maiores que as de janeiro a março de 2017. O volume acumulado em 12 meses aumentou 9,1%. Esse desempenho é explicável principalmente pela expansão do crédito.

O saldo desse crédito aumentou 1,2% de fevereiro para março. No trimestre, foi 2,7% maior que o de um ano antes. Em 12 meses a expansão chegou a 7,6%, segundo os últimos dados do Banco Central. Em março, o custo médio das operações com recursos livres ficou

em 41,4% ao ano. Os empréstimos para compra de veículos tiveram juros de 24%. As taxas são menores que as de muitas outras operações porque nas vendas de carros o financiamento é garantido pelo bem comercializado.

A recuperação do setor automobilístico tem sido favorecida tanto pela melhora do mercado interno como pela expansão das exportações. De janeiro a abril, a produção de veículos foi 20,7% maior que a dos primeiros quatro meses de 2017. Em 12 meses, o total fabricado aumentou 24,1%. Não se recuperou ainda o nível de atividade anterior à crise, mas a retomada, embora incompleta, já produz benefícios importantes para o País, por causa da ampla cadeia de indústrias fornecedoras de matérias-primas e componentes para a fabricação de veículos.

A principal limitação ao consumo provavelmente ainda será, nos próximos meses, o desemprego elevado. No primeiro trimestre, a desocupação voltou ao nível de 13,1% da força de trabalho, com 13,7 milhões de pessoas em busca de alguma atividade. O quadro ainda foi melhor que o de um ano antes, quando os desocupados eram 13,7% da população ativa, mas boa parte da recuperação do emprego conseguida em 2017 foi anulada.

Se a oferta de vagas continuar muito fraca nos próximos meses, o ritmo da recuperação econômica será afetado. Haverá travas tanto para o consumo como para a produção. Um cenário melhor dependerá das expectativas de empresários, consumidores e investidores de todos os tipos. Essas expectativas serão em parte determinadas pelas condições internacionais, fatores fora do alcance dos brasileiros. Mas fatores internos também afetarão as decisões de consumir, produzir, formar estoques e, naturalmente, contratar pessoal. Há, internamente, um amplo campo de atuação possível para o governo e os políticos. Haverá mais um teste crucial de visão, competência e responsabilidade pública desses atores.

BNDES altera estratégia

Em vez de financiar projetos diretamente, banco vai aplicar recursos em fundos de investimento; programa começa com R\$ 5 bilhões

Adriana Fernandes Lu Aiko Otta
/BRASÍLIA

O BNDES vai mudar a forma de financiar projetos de infraestrutura. Em vez de financiar os planos diretamente, o banco lançará um programa para compra, no mercado financeiro, de participação em fundos de investimento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai mudar a forma de financiar projetos de infraestrutura. O banco deve lançar, em duas semanas, um programa para compra, no mercado financeiro, de participação em fundos de investimento em infraestrutura, em vez de financiar os projetos diretamente. Inicialmente, o banco terá R\$ 5 bilhões para esse programa.

Segundo o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, a estratégia de alterar a forma de atuação do banco nesses projetos tem por objetivo atrair outros investidores, apoiar a criação desse tipo de fundo e garantir mais recursos para a área.

Oliveira explicou que o programa terá duas modalidades de compra das cotas. Na primeira modalidade, o BNDES poderá adquirir até 30% das cotas de fundos já existentes ou que estejam em processo de captação. Segundo o executivo, o banco vai definir critérios de qualificação dos gestores e de aplicação dos recursos.

Na segunda modalidade, o BNDES fará uma seleção dos gestores para criar fundos novos de investimentos em infraestrutura, como rodovias, saneamento, energia, aeroportos. Para esses fundos, o banco poderá entrar comprando até 49% das cotas. Eles, preferencialmente, terão participação de agências multilaterais como parceiros.

O BNDES poderá adquirir até 10% de cotas subordinadas, que funcionam com uma espécie de demonstração de boa qualidade do fundo, desde que o gestor do fundo faça o mesmo. Se o fundo tiver prejuízo, o valor é descontado primeiro dos detentores das cotas subordinadas. “Se o banco comprar uma parte das cotas subordinadas, é um incentivo para que outros investidores comprem, porque fica menos arriscado”, disse. Para ele, a vantagem desse modelo é que o banco assume um risco menor do que quando financiava os projetos sozinho.

Esse novo modelo é também diferente do estímulo direto à compra de debêntures incentivadas de infraestrutura. Agora, será o fundo que vai comprar os papéis lançados para bancar os grandes projetos.

“O BNDES vai deixar de ocupar um papel de monopólio, onde ele excluía os investidores privados e concorria com outros credores privados, para fazer um papel de coordenação”, disse o presidente do banco Fator, Gabriel Galípolo. “Quando ele compra uma parte das cotas do fundo, quer dizer que ele vai dar liquidez.” Outro ponto positivo é o fato de o banco ficar com parte das cotas subordinadas. Com isso, o banco vai fornecer o crédito e, ao mesmo, tempo atuar como uma espécie de garantidor.

Recomendação. Esse novo perfil de atuação do BNDES foi sugerido em relatórios elaborados por organismos como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A recomendação é que o banco induza e organize a participação dos bancos privados no financiamento à infraestrutura. Para Galípolo, esses fundos serão uma boa porta de entrada para investidores que estão em busca de novas opções depois que a taxa de juros “despencou”.





Segundo Oliveira, não haverá um setor específico de infraestrutura a ser atendido. “Não dá para escolher. Falta tudo. O País precisa de infraestrutura em todas as áreas”, afirmou.

O BNDES também vai vender R\$ 10 bilhões em participações em empresas. “Temos várias participações maduras e que não precisamos mais manter”, disse. A venda prioritária, no entanto, é mantida em sigilo. “O processo de saída dessas participações vai depender do mercado. Não podemos antecipar para não derrubar o preço.”

O presidente do BNDES rechaçou avaliação de que os investimentos travaram este ano. “Estamos avançando. É natural que, durante o processo eleitoral, algumas decisões sejam postergadas. Agora, dizer que travou é exagero.” O plano do BNDES é desembolsar entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões em novos financiamentos em 2018.

CONJUNTURA »

Ou corte ou mais imposto

Situação precária das contas públicas deixa dilema para o próximo presidente: aumentar a carga tributária ou reduzir fortemente as despesas para cobrir o déficit. Segundo analistas, o ajuste precisará ser duro para evitar que a dívida do governo atinja níveis insustentáveis

» ROSANA HESSEL

Ao completar dois anos neste sábado, o governo de Michel Temer não tem muito a festejar na área fiscal, apesar de o país ter saído da pior recessão da história e a inflação e os juros estarem em patamares que nunca foram tão baixos. O quadro das contas públicas, porém, piorou e corre o risco de ficar mais crítico nos próximos anos se o presidente que for eleito em outubro não se comprometer com o avanço das reformas estruturais. O dilema será cortar gastos ou aumentar impostos logo no primeiro ano de mandato.

Especialistas avisam que, em 2019, podem estourar várias bombas fiscais engatilhadas no governo Dilma Rousseff e não desarmadas por Temer, que manteve reajustes generosos ao funcionalismo e não conseguiu aprovar a reforma da Previdência. A partir do próximo ano, será preciso conter a sangria dos gastos obrigatórios, que incluem despesas com pessoal e com a Previdência.

Esses itens crescem em ritmo mais acelerado do que a inflação e a arrecadação. As despesas obrigatórias representam mais de 90% do orçamento e comprimem cada vez mais a margem para o cumprimento do teto de gastos no ano que vem. Pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), no ritmo atual, essa margem acaba em 2023.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, destacou que, apesar da piora do quadro fiscal, as perspectivas da economia estão muito melhores do que se Dilma tivesse continuado no poder. “Há uma perspectiva de controle das despesas com o teto, e os dados atualmente mostrados pelo Tesouro Nacional são mais confiáveis, sem pedaladas, contabilidade criativa ou resultados abaixo da linha. Portanto, os números podem ser ruins, mas houve uma melhora no regime fiscal”, disse.

PIB fraco

A redução das perspectivas de crescimento da economia, no entanto, afeta a arrecadação e amplia a necessidade de redução de gastos. Ontem, o Itaú Unibanco, que mantinha previsão de alta de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano — a mesma do governo —, reduziu a estimativa para 2%, e a projeção para 2019 caiu de 3,7% para 2,8%. Especialistas afirmam

que o pacote de 15 medidas anunciado em fevereiro para tentar compensar o adiamento da reforma da Previdência (veja arte) deve ajudar pouco na melhora do quadro fiscal. Além disso, com Copa do Mundo e eleições neste ano, há o risco de que elas sejam deixadas de lado.

O governo tem como meta fiscal neste ano um déficit primário de R\$ 159 bilhões — e sinaliza que vai cumpri-la integralmente. No entanto, esse resultado será pior do que o rombo de R\$ 124,6 bilhões registrado em 2017. Com as contas públicas sem registrar superávit primário desde 2014, a dívida pública bruta beira 80% do PIB — nível superior ao de 53% da Argentina, que, em meio a uma crise cambial, acaba de pedir socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Zeina Latif reconheceu que um ajuste mais duro precisará ser feito, mas afirmou que aumento de tributos não pode ser a primeira alternativa. “O próximo presidente vai ter que atacar primeiro as despesas obrigatórias que pesam nas contas, como Previdência, abono salarial e renúncias tributárias. Apenas em último lugar, ele poderá cogitar aumentar imposto”, pontuou.

Idade mínima

Segundo simulações do IFI, o





governo precisará reduzir as despesas primárias dos atuais 19,45% do PIB para 15,03% em 2030, considerando um cenário básico de reformas, com a aprovação de, pelo menos, a idade mínima para requerer aposentadoria. O corte de 4,42% do PIB nas despesas significaria tirar do orçamento algo em torno de R\$ 310 bilhões, considerando o PIB nominal previsto para 2018. “Há um longo caminho a ser percorrido até a reconquista da sustentabilidade da dívida pública em relação ao PIB que, pelas nossas contas, só acontecerá em 2023, nas atuais condições”, avaliou Felipe Salto, diretor executivo da instituição.

Para Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal, os principais problemas das contas públicas estão nas despesas com pessoal e nas renúncias fiscais, que, se fossem atacadas devidamente, ajudariam a conter o forte crescimento da dívida pública. O governo prevê R\$ 19,4 bilhões de aumento nas despesas de pessoal,

em 2019, para R\$ 322 bilhões. “Não cabe na conta um aumento dessa magnitude quando o governo continua com deficit primário crescente”, criticou Selene.

A conta dos gastos tributários também é crescente. Neste ano, deve chegar a R\$ 283,4 bilhões, de acordo com os dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019, passando para R\$ 341 bilhões, em 2021. Evandro Buccini, economista da Rio Bravo, também criticou essa fatura salgada. “Está chegando o momento de mexer nessas vacas sagradas. Para isso, é preciso analisar o que realmente funciona”, destacou.

Bráulio Borges, economista da LCA Consultores, reforçou a necessidade de revisão dos subsídios como alternativa ao aumento de impostos, porque “muitos são concedidos por prazos muito longos e mal avaliados”. Ele também criticou o inchaço do governo. “O próximo presidente vai ter que repensar o tamanho do Estado”, frisou.





Na berlinda

Quadro fiscal vai piorar neste ano, e o próximo presidente terá que fazer um ajuste muito mais duro devido ao adiamento da reforma da Previdência

Resultado primário do governo central

(Em R\$ bilhões)

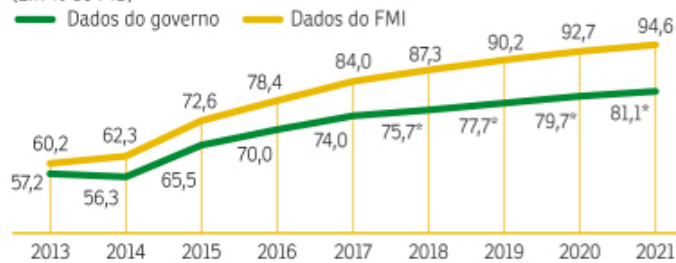


*meta fiscal da LDO de 2018

**previsão do governo no PLDO de 2019

Evolução da dívida pública bruta

(Em % do PIB)



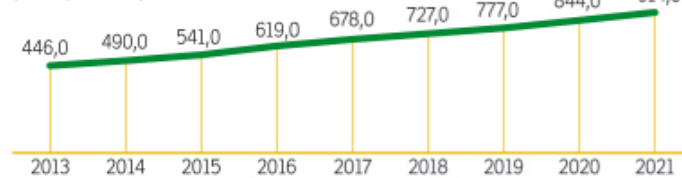
*Previsão do PLDO de 2019

Saco sem fundo

Principais despesas continuam crescendo em ritmo alucinado e medidas compensatórias não avançam

Evolução das despesas do RGPS e do RPPS

(Em R\$ bilhões)



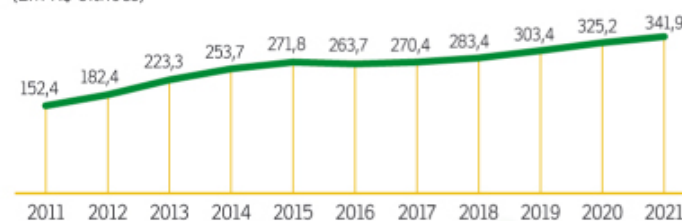
Evolução do déficit da Previdência Social

Dados do RGPS (Em R\$ bilhões)



Evolução das renúncias fiscais

(Em R\$ bilhões)



Fontes: Ministérios do Planejamento e da Fazenda, FMI e especialistas





Principais gastos tributários

Previsão PLDO	2019	2020	2021
Simples Nacional	86,6	92,3	98,9
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis (IRPF)	32,1	34,6	37,1
Desoneração da Cesta Básica	30,2	32,1	34,1
Zona Franca de Manaus	24,8	27,1	29,4
Entidades Sem Fins Lucrativos	24,3	26,0	27,8
Deduções do Rendimento Tributável (IRPF)	20,1	21,6	23,2
Desoneração da Folha de Salários	15,0	16,2	17,4

Marcha lenta

Conheça os 15 itens da pauta prioritária requestrada pelo governo para compensar o adiamento da reforma da Previdência, mas que avançaram muito pouco desde fevereiro

- **Simplificação tributária: Reforma do PIS/Confins** — A proposta ainda não foi concluída e tem resistência do empresariado. Dificilmente deve avançar neste ano.
- **Autonomia do Banco Central** — Tramita na Câmara dos Deputados há 15 anos. Há um projeto de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Maia, que está entre as possibilidades. Texto definitivo do Executivo ainda não foi enviado ao Legislativo.
- **Marco legal de licitações e contratos (PL 6814)** — Proposta de 2013, sujeita à apreciação do plenário da Câmara.
- **Nova lei de finanças públicas (PL 295)** — Projeto antigo, de 2009, que estabelece normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública. Aguarda a constituição de comissão temporária desde 2016.
- **Regulamentação do teto remuneratório (PL 6726)** — Aguarda parecer do relator da comissão especial. Projeto é de 2016.
- **Desestatização da Eletrobras (PL 9463)** — Projeto de Lei do Executivo não tem avançado na Câmara. Corre o risco de não ser votado pelo Congresso em ano eleitoral. Governo prevê R\$ 12,5 bilhões de receitas neste ano, mas já colocou essa estimativa de receita no contingenciamento devido ao risco elevado de a proposta não avançar.
- **Reforço das Agências Reguladoras (PL 6621)** — Projeto do Senado Federal, de 2016. Audiência pública marcada para 8 de maio.
- **Depósitos voluntários do Banco Central (PL 9248)** — Encaminhado pelo Executivo em 2017, projeto ainda aguarda constituição de comissão temporária pela Mesa.
- **Redução da desoneração da folha (PL 8456)** — Proposta parada no Legislativo. Impacto fiscal em 2019 seria de R\$ 15 bilhões a menos nas despesas de 2019
- **Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais (PL 9215)** — Aguarda parecer do relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
- **Cadastro positivo (PLP 441)** — Depois de vários adiantamentos, texto-base foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados na última quarta-feira. Restam ainda votarem os destaques da oposição que modificam boa parte das propostas do Executivo.
- **Duplicata eletrônica (PL 9327)** — Proposta de 2017, dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural. Aguarda posicionamento do relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
- **Distrato (PLS 774)** — Projeto encaminhado em 2015, está parado com a relatoria desde 2016 e sem previsão de quando andar.
- **Atualização da Lei Geral de Telecomunicações — (PLC 79/2016)** — Proposta tramita lentamente. A próxima audiência pública está marcada para 8 de maio na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado.
- **Extinção do Fundo Soberano** — O TCU autorizou o saque de R\$ 23 bilhões. O Congresso ainda precisa aprovar a extinção do fundo por meio de um projeto de lei, que ainda não foi enviado pelo Executivo.